



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

Despacho nº 1647741/2023 - SAO

Processo: 0006189-24.2023.6.15.8000

Interessado: SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Destinatário(s): @destinatarios_quebra_linha@

À

DG,

Senhora Diretora-Geral,

Entendendo suficientes as razões, vislumbrando a presença dos pressupostos legais, bem como parecer da ASJUR 1644773, corroborado pela DG 1647330, **AUTORIZO** a contratação direta **Instituto dos Auditores Internos do Brasil**, inscrito no CNPJ sob o nº 62.070.115/0001-00, com fulcro no artigo 25, inciso II, c/c artigo 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, para a capacitação de a capacitação de 02 servidores deste Regional, no **curso Ágil para Auditoria Interna**, na modalidade *online*, com carga horária de 24 horas/aula.

Informo que no momento da contratação serão renovadas consultas ao CADIN e regularidade da empresa.

Pré-empenho 1637501 no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), para efeito de pagamento das inscrições no evento em referência.

Isto posto, considerando o valor da contratação, encaminho os presentes autos a essa Diretoria para ciência, sugerindo RATIFICAÇÃO da presente contratação, conforme disposto no art. 26 da Lei 8.666/93 e art. 30, da IN 01/2018.

"Art. 30. Reconhecida a hipótese de dispensa/inexigibilidade de licitação, a SAO remeterá o processo à Diretoria Geral - DG para fins de ratificação que, em seguimento, observando o prazo estabelecido no art. 26, da Lei nº 8.666/1993, encaminhará o processo à COMAT para publicação dos extratos de inexigibilidade/dispensa de licitação e outras providências.

§ 1º. Nos casos em que a contratação exceder os limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, a ratificação do ato autorizativo será realizada pela Presidência do TRE-PB".

ARIOALDO ARAÚJO JÚNIOR
SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO



Documento assinado eletronicamente por ARIOALDO ARAÚJO JÚNIOR em 13/09/2023, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1647741&crc=14EE9D13, informando, caso não preenchido, o código verificador **1647741** e o código CRC **14EE9D13**..

0006189-24.2023.6.15.8000

1647741v1